

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – Ciência
Política e a Política: Memória e Futuro.

Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016

Área temática: Participação Política

FORMAÇÃO DA REDE SUSTENTABILIDADE: MOVIMENTO AMBIENTALISTA,
ELEIÇÕES E PARTIDOS POLÍTICOS

Marília Silva de Oliveira/ Universidade de Brasília

Resumo

A literatura interessada em examinar a aproximação entre movimentos sociais e partidos políticos revela uma ligação estreita entre essas organizações e destaca o papel mediador exercido pelos partidos políticos nas interações que os movimentos constroem com o sistema político e partidário. Desde o surgimento dos partidos modernos no século XIX, tornou-se consenso que partidos políticos se desenvolvem de movimentos sociais ou em associação com eles, especialmente em lugares onde perderam apoio político (Glenn, 2003; van Cott, 2005). Nessa prática interativa, os movimentos sociais moldam a competição eleitoral e as políticas partidárias e criam novos partidos políticos. Ao seu turno, os partidos políticos e as eleições igualmente influenciam as oportunidades de ação coletiva dos movimentos (Goldstone, 2003). A interação entre ativistas sociais, partidos políticos e eleições é o tema deste artigo.

No ano de 2013, o país foi surpreendido com a intenção da ativista política Marina Silva de formar uma nova legenda partidária junto com militantes do movimento ambientalista e pessoas de outros setores da sociedade. Um grupo de ambientalistas formava o núcleo rígido da equipe que coordenava as ações para a formação da Rede Sustentabilidade. Apesar de representarem o movimento ambientalista, as pessoas que compunham esse grupo já haviam vivido experiências políticas importantes: coordenaram a campanha de candidatura de Marina Silva ao cargo de presidência da república, nas eleições de 2010, e participaram da equipe ministerial de Marina no período em que chefiou o Ministério do Meio Ambiente (MMA), de 2003 a 2008. Eram militantes que vinham do campo social, mas que, desde 2003, passaram a interagir de forma diferenciada com o sistema político. O que levaria esse grupo a mudar seu repertório de ação no campo social e a adotar uma estratégia partidária-eleitoral, participando de eleições e formando um novo partido político?

O objetivo do artigo é compreender as razões que levaram lideranças sociais do ambientalismo brasileiro a criarem a Rede Sustentabilidade. Argumenta-se que eles mesmos decidiram fazer sua representação no sistema político, uma vez que a representação política tradicionalmente exercida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) havia sido abalada após a experiência no governo federal.

O PT, especialmente em sua segunda gestão no governo federal, optou por uma política de desenvolvimento econômico e de infraestrutura que chocava frontalmente com a agenda ambiental defendida por Marina Silva e seu grupo de ativistas mais próximos, os marineiros. Com os constantes embates entre essas duas frentes, Marina Silva deixou o governo federal, passou a se pronunciar contra as escolhas do governo e, com isso, perdeu espaço político no partido, afetando também a representação política que parlamentares do PT ofereciam ao movimento ambientalista.

Os marineiros, todavia, acionaram novas estratégias de atuação no campo social e político para trazer a questão socioambiental para centralidade e recuperar o espaço político de outrora. Para tanto, articularam ações com novos atores da sociedade e do setor empresarial e incorporaram estratégias político-eleitorais aos seus repertórios. Suas ações demonstram capacidade de agência, de mudar rumos, de influenciar o contexto sociopolítico e de se adaptar às suas exigências, transformando seus projetos e suas estratégias numa dinâmica entre agência e estrutura.

A associação de indivíduos de diferentes afiliações institucionais expandiu a percepção dos marineiros sobre suas propostas e, juntos, começaram a formar um novo projeto político socioambiental para o Brasil. De acordo com Mische (2001), os projetos são influenciados pelas

múltiplas afiliações dos indivíduos e pelos diferentes tipos de contextos organizacionais que eles trazem à experiência coletiva. Portanto, a interação de pessoas que vêm de diferentes bases institucionais, com diferentes práticas políticas e de engajamento social, tende a alterar a dinâmica de uma coletividade. Isto é, os marineiros que vinham agindo sob uma perspectiva desde sua experiência no MMA, ao agregar novos atores ao grupo de apoio à Marina Silva, transformaram seus projetos. Uma nova narrativa foi construída junto ao conceito de sustentabilidade, a da Nova Política, a qual foi fundamental para a aceitação da nova legenda política.

A pesquisa para elaboração deste trabalho contou com a realização de 50 entrevistas semiestruturadas, análise documental variada e acompanhamento de eventos públicos organizados pelos proponentes da Rede Sustentabilidade ao longo de 2013. Foram também examinados diferentes sítios eletrônicos, por onde os marineiros e os diferentes grupos que se associaram à iniciativa de formação de um novo partido se comunicavam com a sociedade.

A narrativa da sustentabilidade ambiental com a da Nova Política construiu elos entre os diferentes grupos que criaram uma identidade para fora de seu agregado, principalmente durante o período eleitoral de 2010 e o processo de formação da Rede Sustentabilidade. Organizavam-se todos em torno de uma liderança, Marina Silva, e se apresentavam como um bloco integrado para a sociedade. Mas, um olhar mais detido nessa coletividade demonstra disputas, conflitos e sociabilidades distintas, revelando visões de mundo variadas. A integração de novos discursos e repertórios por parte dos ambientalistas marineiros, grupo de análise principal desta pesquisa, criou dificuldades para uma outra parte do movimento ambientalista compreender e aceitar os novos caminhos de ação coletiva, dividindo-os entre os que defendem uma ação com foco na sociedade, para então influenciar o sistema político; e aqueles que se dedicam à articulação direta por dentro do sistema, com a criação de partidos e a ocupação de cargos políticos. O movimento ambientalista abordado neste estudo é aquele que atua em nível nacional, com interface com o sistema político e que se organiza em torno de iniciativas para influenciar leis e políticas públicas.

Palavras-chave: movimentos; partidos; eleições

1. Introdução¹

A literatura interessada em examinar a aproximação entre movimentos sociais e partidos políticos revela uma ligação estreita entre essas organizações e destaca o papel mediador exercido pelos partidos políticos nas interações que os movimentos constroem com o sistema político e partidário. É defendido que, desde o surgimento dos partidos modernos, no século XIX, tornou-se consenso que partidos políticos se desenvolvem de movimentos sociais ou em associação com eles, especialmente em lugares onde os partidos existentes perderam apoio político, situações de crise de representação ou do sistema partidário (Glenn, 2003; van Cott, 2005). Na prática interativa entre movimentos e partidos, os primeiros podem moldar a competição eleitoral e as políticas partidárias e criarem novos partidos políticos. Ao seu turno, os partidos políticos e as eleições igualmente influenciam as oportunidades de ação coletiva dos movimentos (Goldstone, 2003). A formação de um novo partido político é o tema deste artigo.

O surgimento de um novo partido político, para Hug (2001), é resultado da interação entre partidos existentes e grupos que consideram formar um novo partido. O processo de sua formação, na leitura do autor, está inserido numa arena específica – a eleitoral – e segue uma lógica subjacente definida por restrições, aspectos estratégicos e interações que são comuns em todas as classes de novos partidos. Portanto, mesmo um partido que surja da organização de movimentos sociais está vinculado à lógica eleitoral.

A proposta deste texto é analisar o envolvimento de ambientalistas no processo de formação do partido Rede Sustentabilidade. A pergunta que se coloca é: por que ambientalistas mudaram seu repertório de ação movimentalista para uma ação partidária? Argumentamos que a proximidade de parte do movimento ambientalista com diferentes partidos políticos, especialmente com o Partido dos Trabalhadores, foi crucial para que se decidissem por essa nova estratégia de atuação. A liderança social e partidária de Marina Silva foi determinante para a mudança de rumos na ação coletiva dos ambientalistas, pois ela possibilitou uma interação intensa e muito próxima dos ambientalistas com partidos políticos. Todavia, a conciliação da ação movimentalista com a partidária trouxe problemas para a ação coletiva do movimento ambientalista como um todo.

Para tratar dos partidos políticos formados por mobilizações de movimentos sociais, Kitschelt (2006, p. 280) apresentou o conceito de partido de movimento (*movement party*), que

¹ Este artigo ainda se encontra em fase de elaboração. Não contém discussão teórica, apenas apresenta pesquisa resumida presente no trabalho de Oliveira (2016).

é coalizões de ativistas políticos que emanam dos movimentos sociais e tentam aplicar práticas organizacionais e estratégicas de movimentos sociais na arena da competição eleitoral. O partido de movimento, na opinião do autor, não é um partido puro, pois os empreendedores políticos do partido de movimento mudam para o espaço institucional da competição eleitoral partidária sem fazer os investimentos necessários para vencer os problemas funcionais de ação coletiva e escolha social que se impõem aos políticos partidários nem os investimentos institucionais adequados para migrar para as arenas legislativa, governamental e eleitoral².

O recorte temporal desta análise é o dia 5 de outubro de 2013, quando, ao receber parecer negativo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o registro da Rede como um partido formal, Marina Silva e seu grupo de apoio na criação dessa nova legenda escolheram se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) para participar das eleições de 2014. Como nosso interesse é analisar o processo que levou os ambientalistas à decisão de criação dessa nova legenda, o recorte em 2013 é suficiente para os interesses dessa pesquisa.

A pesquisa foi baseada em 43 entrevistas realizadas com representantes do movimento ambientalista, de partidos políticos, servidores e funcionários públicos, consultores dentre outros que articulam e promovem a agenda ambiental há alguns anos. As entrevistas foram realizadas entre 2013 e 2015. Também foram analisados documentos produzidos pelo governo, por organizações da sociedade civil, por consultores e diferentes instituições. Ao nos referirmos ao movimento ambientalista, estamos considerando apenas aqueles indivíduos e organizações que interagem com partidos políticos para influenciarem o sistema político.

O artigo está organizado em 6 seções. Na sequência desta introdução, apresentamos um histórico da relação entre ambientalistas e partidos políticos desde a formação do movimento ambientalista até as eleições gerais de 2010, em que Marina Silva foi candidata à Presidência da República, ficando em terceiro lugar no pleito eleitoral. As seções seguintes apresentam o Movimento Nova Política, embrião da Rede Sustentabilidade; a proposta política da Rede Sustentabilidade; e a percepção de ambientalistas quanto à criação do novo partido político.

2. Articulação entre movimento ambientalista e partidos políticos

² Para Kitschelt, os modos de articulação de interesse são o que diferenciam grupos de interesse e movimentos sociais de partidos políticos puros. Caso os primeiros grupos queiram se tornar partidos políticos, eles terão de fazer investimentos funcionais, que estão relacionados com solucionar problemas de ação coletiva e de escolha social, e institucionais, isto é, investir para participar das arenas políticas institucionais nas quais participam partidos políticos formais: legislativa, governamental e eleitoral.

O movimento ambientalista emergiu durante o período de transição do regime autoritário para o democrático, entre as décadas de 1970 e 1980³. Esse contexto político, de acordo com Hochstetler e Keck (2007, p. 10), contribuiu para se configurar um ambientalismo mais politizado e orientado para a esquerda, em comparação com o ambientalismo em outros países, e contribuiu para a construção de fortes relações interpessoais entre ambientalistas nas instituições políticas e na sociedade civil, que passaram a atuar juntos, ativando e bloqueando redes. O ambientalismo brasileiro, dessa forma, opera por meio de redes que envolvem atores sociais e políticos desde a sua formação.

Nesse período de abertura política, o Brasil estava retornando a um sistema político multipartidário, em que opositores do regime militar, expulsos do país e do mundo político, regressavam entusiasmados para construir uma nação democrática. Na leitura de Mische (2015), essa movimentação conduziu a um rápido florescimento de pequenos partidos de oposição, que demandavam alto grau de compromisso e engajamento, e a explosão de movimentos sociais rurais e urbanos. Nesse contexto, surgiram o movimento ambientalista e legendas partidárias como o Partido Verde (PV) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Existiu um processo de coevolução do movimento ambientalista e de partidos políticos em que o movimento acabou construindo uma relação de identidade com o PT⁴, que passou a fazer importante representação política de parte desse movimento nas arenas partidárias (Oliveira, 2016).

A identificação que o movimento ambientalista construiu com Marina Silva durante a década de 1990, quando ela era Senadora da República do Acre pelo Partido dos Trabalhadores, conferiu à líder partidária também o papel de líder do movimento. Ativistas e organizações do movimento que articulavam junto a instituições políticas para a defesa da agenda ambiental fizeram de Marina Silva seu “porto seguro” no Congresso Nacional (Entrevista 2, 27/4/2013). Eles ajudavam a Senadora na elaboração de projetos de leis, estudos e pareceres, e a Senadora levava suas pautas para a arena legislativa e outras instâncias políticas. Essa líder sociopartidária fazia a mediação do movimento com PT, tanto que muitos dos ambientalistas que

³ Apesar da constituição do movimento ser datada desse período, pesquisadores demonstram preocupações diversas de atores políticos e sociais com o meio ambiente e a relação do homem com a natureza (Pádua, 1987; Hochstetler e Keck, 2007)

⁴ A identidade com o PT não se construiu inicialmente pela bandeira ambiental, mas pela forma de fazer a luta política de forma participativa e horizontal, agregando diferentes bandeiras e movimentos sociais. O partido, que se constituiu em torno da relação capital-trabalho, tinha a agenda verde como causa burguesa. Mas, na década de 1990, principalmente pela articulação de Marina Silva, herdeira política de Chico Mendes, assumiu a agenda ambiental como uma bandeira a ser defendida. Em 1993, criou a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Para mais detalhes, ver Oliveira (2016).

interagiam com a Senadora participaram da elaboração do plano de governo do PT para a área de meio ambiente par as eleições de 2002.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República nessas eleições, ele nomeou a companheira de seu partido, Marina Silva, para chefiar o Ministério do Meio Ambiente (MMA). De acordo com dados apresentados por Abers e Oliveira (2015), 39% da elite dirigente do MMA trabalhou em Organizações Não Governamentais (ONGs) ou assessorou organizações sociais, enquanto 22% era filiada ao PT. Ainda havia pessoas com experiência profissional prévia nas burocracias federal, estadual e municipal, e 34% dos nomeados era servidor público. Parte consdierável dessa equipe era composta por pessoas com perfil de militância. Mas os interesses em diisputa dentro do MMA eram diversos.

Oliveira (2016) demonstrou que, ao longo de sua gestão no Ministério, de 2003 a 2008, Marina Silva se aproximou mais dos atores da sociedade civil do que de seus colegas partidários, partilhando com eles agendas, identidades, estratégias, práticas políticas e, dessa forma, defendendo seu projeto: levar a agenda de sociedade civil para dentro do sistema político, transformando-a em política pública. As estratégias de ação adotadas pelos atores vindos da sociedade civil diferenciavam em muito das estratégias de ação partidária. O PT, após assumir a chefia do poder Executivo, passou a depurar as agendas que eram relevantes para sua permanência no poder e a pauta ambiental se tornou uma questão incômoda para o partido porque confrontava diretamente com os interesses dos setores da agricultura e infraestrutura de seu governo, os quais eram fortes apoiadores de campanhas políticas (Entrevista 9, 2/2/2015; Entrevista 4). Isso criou choques entre o MMA e o núcleo do governo, resultando no pedido de exoneração de Marina Silva do MMA, que saiu acompanhada e apoiada de sua equipe de dirigentes vindos de ONGs, os marineiros.

Marina voltou para o seu cargo de Senadora da República, para o qual foi reeleita em 2006, e se licenciou dele em abril de 2010 para concorrer ao cargo de Presidenta da República pelo Partido Verde no pleito eleitoral do mesmo ano. Quando deixou o MMA, Marina Silva, junto com os marineiros e também com ambientalistas que acompanhavam e apoiavam sua gestão, porém articulando na sociedade civil, resolveram fazer uma grande campanha na sociedade civil para chamar atenção para a agenda ambiental que estava perdendo espaço no governo do PT. Essa ação tinha a participação e o envolvimento de pessoas do setor empresarial comprometidos com a prática da responsabilidade e sustentabilidade socioambiental.

A ideia inicial era fazer uma campanha forte e no estilo da Campanha contra a Fome, articulada por Betinho nos anos 1990 (Entrevista 2, 27/4/2013). Para isso, eles criaram o Movimento Brasil Sustentável (MBS), que era a forma que encontraram de organizar diferentes setores em torno do projeto de dar centralidade à agenda ambiental. Porém, uma outra ideia plantada por jovens ativistas de práticas de democracia direta e por alguns políticos de que Marina Silva deveria se candidatar à Presidência da República ganhou força e impulso e interceptou o projeto da campanha na sociedade civil.

Apostando num novo caminho, Marina deixou o Partido dos Trabalhadores e se filiou ao Partido Verde (PV), que havia convidado a ex-Ministra para ser candidata à Presidência da República pelo seu partido. Marina expressou que saía do PT porque não tinha mais espaço para sua luta e porque o partido se fechava para a urgência da pauta ambiental. Informou que faria o seu caminho com setores da sociedade civil conscientes da causa ambiental (Oliveira, 2016). Isso expressava a crise de representação política do PT em torno da agenda ambiental, pois Marina Silva havia feito sua história política nesse partido, sempre com espaço para abordar questões ambientais. Agora, o partido se fechava para os ambientalistas na sociedade e também para sua principal liderança ambiental. Todavia, Marina deixava um partido para se filiar a outro. Ao ingressar no PV, ela impôs a condição de que o partido deveria fazer uma série de reformas a fim de descentralizar o partido e democratizá-lo. Para apoiá-la nessa jornada, vários ambientalistas, além dos marineiros, com distintos vínculos institucionais e que fundaram o movimento em diferentes cidades, também se filiaram ao PV e alguns concorreram a cargos no poder Legislativo e Executivo em suas cidades de origem ou de residência⁵.

Observamos que pessoas do movimento ambientalista se filiaram a um partido político para apoiar a candidatura de Marina Silva com o objetivo de executar o projeto de dar centralidade à agenda ambiental tanto no âmbito da sociedade civil como no da política. Para os ambientalistas, uma campanha eleitoral seria a forma mais eficiente para fazer isso, pois é quando a sociedade está mobilizada politicamente. Ademais, pode ter um fator político-partidário mais consistente ao que se refere a introduzir com força uma nova agenda política na arena eleitoral. De fato, os concorrentes à Presidência da República naquela eleição, Dilma Rousseff,

⁵ Sergio Xavier (PV) se candidatou a governador de PE; Fábio Feldmann (consultor independente, ex-deputado federal e fundador de várias ONGs ambientalistas) a governador de SP; Miriam Prochnow (ONG), candidata a deputada federal em Santa Catarina; André Lima (ONG), a deputado federal no Distrito Federal; Sérgio Guimarães (ONG), candidato a deputado federal no Mato grosso; Ricardo Young (empresário), candidato a senador em SP; Gabeira (PV), a governador do Rio de Janeiro; e Sirkis (PV), a deputado federal pelo Rio de Janeiro.

pelo PT, e José Serra, pelo PSDB, tiveram que dar maior espaço a essa agenda em seus programas e campanhas. Afinal, um novo ator havia adentrado o sistema de competição eleitoral e era necessário se adaptar. Ao fim das eleições, Marina Silva alcançou um surpreendente terceiro lugar, com quase 20 milhões de votos, e chegaram a se falar de um voto pós-material no Brasil (Limongi e Cortez, 2010)

Nesse processo eleitoral de 2010, grupos de diferentes origens institucionais, ou institucionalidades, para usar o termo de Mische (2001; 2008), se juntaram para sustentar a campanha de Marina Silva, mas destacamos os ambientalistas de ONGs e os marineiros; os empresários; e um coletivo de jovens que formou o Movimento Marina Silva (MMS). Esse coletivo inseriu no discurso de Marina Silva uma nova narrativa, a da nova política, que virou mote de sua campanha eleitoral. Esses jovens pensam e propõem novas formas de atuação política do cidadão e dos políticos, com um sistema político mais aberto à sociedade, num modelo horizontal e não vertical de participação, que possibilite maior integração da sociedade ao processo de decisões políticas e às instituições públicas. O discurso da nova política sintetizou os anseios desses jovens.

A interação de pessoas que vêm de diferentes bases institucionais, com diferentes práticas políticas e de engajamento social tende a alterar a dinâmica de uma coletividade (Mische, 2001; 2008). Observamos diferentes institucionalidades que elegeram Marina Silva como sua representante política e, atuando juntos, eles mudariam seus projetos, identidades e estratégias de cada um desses grupos. Por exemplo, ao fim da campanha de 2010, Marina Silva tinha dois discursos, o da sustentabilidade, que é dela, e o da nova política, que veio com os jovens militantes. Além disso, os marineiros que vinham agindo sob uma perspectiva desde sua experiência no MMA, ao agregar novos atores ao grupo de apoio à Marina Silva, transformaram suas estratégias, identidades e, portanto, projetos, assumindo a ação partidária e a dinâmica eleitoral como estratégia de ação coletiva.

O sucesso de Marina Silva nas eleições não foi transferido para o PV, que conseguiu eleger apenas 14 deputados federais para a Câmara dos Deputados, em apenas 8 estados brasileiros. Nas eleições de 2006, o partido elegera 13 Deputados Federais, a diferença foi apenas de uma pessoa - nessas eleições, o partido não havia apresentado nenhum candidato à Presidência da República e apoiou a candidatura de Cristovam Buarque (PTB)⁶. Não elegeram Governadores nem Senadores Federais em 2010. Nem mesmo ambientalistas ligados a Marina

⁶ Fonte: <http://bancadaverde.org.br/historico/>, acessado em 9/11/2015.

Silva, que se candidataram a diferentes cargos nessas eleições, conseguiram se eleger. Os votos da ativista não estavam, portanto, relacionados com o partido, mas com a sua pessoa⁷. Entrevistado afirmou que esse seria um argumento para que o presidente do PV, José Luiz Penna, não cumprisse acordos de renovação programática e organizacional feitos com a ambientalista e sua equipe, como requisito para que se filiassem ao partido (Entrevista 6, 8/4/2015).

De acordo com diferentes pesquisadores sobre partidos políticos, as legendas partidárias se guiam pela conquista de votos e pelo alcance e permanência no poder (Schattschneider, 1964; Panebianco, 1995; Mair, 1997; Kitschelt 1989; 2006 dentre outros). O PV não agia diferente a essa lógica, a aliança com Marina Silva foi uma estratégia para angariar mais votos para o partido. Como os votos ficaram restritos à Marina Silva e não expandiram para o restante do partido, a aliança com ela e com seu grupo de ativistas se mostrou ineficaz e o partido não cumpriu o que prometera.

Em junho de 2011, Marina Silva e seus apoiadores anunciaram a saída do PV. Um grupo defendeu a criação de um novo partido naquela ocasião, mas Marina e outras pessoas de sua equipe ponderaram que era necessário um tempo de maturação. Era necessária maturação dos projetos, das propostas para que o partido fosse algo verdadeiramente novo. Se surgisse naquele momento, seria assimilado como uma dissidência do PV e não como uma nova proposta. Em vez de lançar um novo partido, lançaram o Movimento Nova Política (Entrevista 6, 8/4/2015).

A experiência na arena legislativa, quando Marina Silva era Senadora Federal; na arena governamental, quando ela chefiava o MMA; e agora, na arena eleitoral com partidos políticos, foi importante para os ambientalistas e marineiros que a apoiavam articularem um movimento mais político. Após o percurso de caminhada com o PT, a união de interesses com o PV e a constatação de que partido político se guia pelo mercado eleitoral, muito mais do que por aliança programática, como queriam os marineiros, eles partiram para fundar seu próprio partido. Nesse percurso, as relações com os diferentes, ou com atores de distintas institucionalidades, enriqueceram e diversificaram a experiência dos ambientalistas que mudaram seu repertório de

⁷ Alguns desses ambientalistas se candidataram a cargos proporcionais pelo Partido Verde: Sérgio Guimarães, do Instituto Centro e Vida (ICV), foi candidato a deputado federal pelo Mato Grosso e coordenou a campanha de Marina naquele estado. Miriam Prochnow, da Fundação Apremavi, foi candidata ao mesmo cargo pelo estado de Santa Catarina e também coordenou a campanha de Marina por lá. André Lima, que era funcionário do ISA, foi candidato a deputado federal pelo Distrito Federal. Fábio Feldmann, que não é tão vinculado à Marina Silva, mas a apoiava nessas eleições, candidatou-se ao cargo de governador de São Paulo e não conseguiu eleição.

ação coletiva de movimento social para um repertório de partido político. Na interação com partidos e outros grupos sociais, os ambientalistas aprenderam e incorporaram suas práticas. Marina Silva, em seu papel de líder de dupla cidadania, social e partidária, teve centralidade em agregar diferentes grupos sociais e políticos em torno de si e de aproximar ambientalistas a partidos políticos. Ela era líder e também broker⁸.

3. Movimento Nova Política

A partir do que apresentamos na seção anterior, a articulação dos ambientalistas com Marina e empresários, ao encontrar com jovens militantes de uma nova política, passou a incorporar um discurso mais político e não apenas se centrar na agenda ambiental e de sustentabilidade. O destaque agora era a sustentabilidade da política, não havia mais identificação imediata com a questão da sustentabilidade (Entrevista 6, 8/4/2015)

A mudança de perspectiva, que faz surgir o Movimento Nova Política (MNP), demonstra a atualização das estratégias dos ambientalistas às novas oportunidades políticas para realização do projeto de levar a agenda sustentável para dentro das instituições políticas. A partir das experiências que viveram nas eleições de 2010, junto com as contingências e oportunidades do contexto político, foi necessário ampliar o projeto político que iniciou apenas com a intenção de mobilizar o Brasil numa campanha cujo elemento central fosse a sustentabilidade. Trata-se também de assimilar as novas institucionalidades que agregaram em seu percurso.

Em reportagem para o site *Página 22*, um dos veículos das propostas do MNP, Borges (2011) informou que o principal objetivo do MNP é debater novas formas de participação e representação política com a ideia de influenciar os partidos políticos e ampliar o contato desses com os cidadãos apartidários. Eduardo Rombauer, jovem militante e líder do MMS, era o idealizador e o articulador, na sociedade, do MNP. Marina Silva se tornou a líder política desse movimento e conduziu o processo de discussão sobre formas alternativas de fazer política. Essa liderança se construiu muito em função da campanha eleitoral, em 2010, quando integrantes do MMS entregou em suas mãos a responsabilidade de representá-los e também essa pauta política tão atual e conectada com os protestos que se propagavam em diferentes partes do globo. Os marineiros, dessa forma, faziam parte também do núcleo de discussão sobre uma Nova Política.

⁸ Para Diani (2003b), um *broker* pode ser definido como um ator conectando outros atores que não estão relacionados uns com os outros, que não estão se comunicando por causa de alguma barreira social ou política, mais do que apenas a mera ausência de oportunidades práticas (p. 107).

No dia 13 de setembro de 2011, em Brasília, ocorreu a inauguração política e apresentação formal do Movimento Nova Política, além de diferentes lideranças sociais. Alguns desses políticos teriam papel importante na formação da Rede Sustentabilidade⁹. Nessa data, informaram que as ferramentas e os instrumentos para a interação das pessoas interessadas em participar e para divulgação do MNP ainda estavam em construção, porém alguns espaços já podiam ser acessados, como os diferentes sites criados para o preparo da campanha eleitoral de Marina Silva, em 2010. O Movimento estava, em termos políticos, organicamente vinculado à ambientalista, à sua equipe e à sua experiência política¹⁰. Ele ainda não tinha identificação partidária, mas expressava sua identidade política na face de Marina Silva, essa líder que construiu seu papel de liderança num processo relacional com sua base ambiental, mas que também agregou liderados por meio da identidade partidária, construída principalmente pela imagem e características da ambientalista, que tem carismas.

O Partido Popular Socialista (PPS), que apoiou essa iniciativa, publicou em seu site a seguinte fala de Marina Silva:

“O Movimento é transpartidário, e o apoio vai do compromisso do programa e do testemunho de vida, daquele (candidato) que está se comprometendo com a plataforma do movimento. A priori não é uma questão por ser do PV, do PT, do PPS ou do PSDB. Vou apoiar de acordo com a coerência programática. Não serão apoios pragmáticos”, afirmou Marina. Para Marina, o Movimento é uma oportunidade para “discutir a política que está em crise”. “Infelizmente a política tem se tornado projeto de poder pelo poder. (...) A gente não pode ter uma visão pragmática de que o movimento tem que ter uma finalidade eleitoral. Só merece participar de eleição, quem discute ideias, propostas, quem tem objetivos para além da disputa do poder pelo poder”, avaliou a ex-senadora¹¹. (Grifos meus).

Tomando como base as propostas do MNP e o depoimento de Marina Silva ao PPS, observamos que, ao mesmo tempo em que se exalta a importância dos programas políticos, há também uma personificação da política, referente ao poder de Marina em apoiar ou não algum programa, político ou partido pelo seu julgamento, pela análise do testemunho de vida do candidato, e também certa desvalorização da política. Não parece ser os diferentes movimentos mobilizados no interior do MNP que dão a tônica da mobilização e da discussão, mas o julgamento de uma liderança política ou de seu grupo, conforme será abordado mais adiante.

⁹ Fonte: <http://www.miriamprochnow.com.br/2011/09/16/movimento-por-uma-nova-politica/>, acessado em 17/12/2015.

¹⁰ Os sites são: www.minhamarina.org.br; www.casas.org.br; www.transicaodemocratica.com; www.florestafazadiferenca.com.br; e www.movmarina.com.br.

¹¹ Fonte: <http://www.pps.org.br/2011/12/18/noticia-220702/>, acessado em 17/12/2015.

Em dezembro de 2012, aqueles que participavam do núcleo do MNP, especialmente os marineiros, entenderam que estavam maduros em discussão política e em propostas para propor a criação de um novo partido político (Entrevista 4, 8/4/2013). Essa intenção, de acordo com entrevistado, tornou-se mais forte após a derrota fragorosa que os ambientalistas tiveram, no Congresso Nacional, em 2012, quando da votação do novo Código Florestal, que previa uma série de alterações que fragilizavam sua estrutura. Nesse embate, as propostas da bancada ruralista obtiveram mais êxito do que aquela defendida por Marina Silva e grande parte dos ambientalistas que militavam pela permanência das regras do Código. Durante esse processo, eles não tiveram acesso partidos políticos e frisam que nem mesmo com o PT, que outrora fazia a representação política de suas causas. A falta de acesso aos partidos políticos reforçava a proposta de criação de um novo partido por aqueles que se sentiam cada vez mais excluídos da política institucional.

Outra razão que estimulou o movimento para a formação de um novo partido político foi a ocorrência das eleições municipais de 2012. De acordo com entrevistado, as propostas de sustentabilidade e de nova política não tiveram êxito, então, era novamente o momento de chamar a atenção da sociedade para a questão da sustentabilidade ambiental e, agora, para a Nova Política (Ibid.).

O MNP tem uma associação muito forte com a experiência política dos marineiros durante as eleições de 2010 e o dissabor vivido na parceria construída com o PV. Não deixava de refletir também os desapontamentos vividos pela sua maior líder com o PT, que lhe assegurou vida e sobrevivência política e partidária por quase 30 anos (Entrevista 6, 8/4/2015). Ele é a expressão da assimilação de uma agenda, de reforma da velha para a nova política, que não era pronunciada nos discursos ambientalistas dos marineiros, mas nos de jovens militantes. Ele surge de um enlace da articulação desses diferentes grupos na arena eleitoral apoiando a candidatura de Marina Silva.

Na dúvida sobre formar um partido político assim que saíram do PV - já que influenciar a política ambiental desde dentro do sistema político continuava sendo o projeto maior desse grupo -, formaram o MNP para também permitir a ideia do novo partido amadurecer. O MNP, todavia, já carregava na sua origem uma intenção partidária. Considerando o argumento de Rosenblum (2008), para quem os passos de transição de um grupo de identidade social para um grupo de identidade político-partidária envolvem perder, eclipsar ou transformar a identidade social para propósitos políticos (p. 346), o MNP já possuía identidade partidária, e as bandeiras e agendas

motivadoras dos grupos que se associavam ao Movimento, especialmente os marineiros, já estavam a serviço dos interesses políticos, partidários e eleitorais.

4. Formação da Rede Sustentabilidade

O sistema partidário brasileiro tem se estruturado em função da competição para presidente. De 1994 em diante, como afirma Carreirão (2014), formou-se uma estrutura de competição em torno das coligações dirigidas pelo PT e PSDB. A partir de 2003, quando o PT assumiu a Presidência da República, as coalizões passaram a envolver muitos partidos com abordagens ideológicas variadas (direita, centro e esquerda). Aumentou o número de partidos que participam do governo junto com as incertezas políticas dessas coalizões e o sentimento de promiscuidade no processo de formação dos governos (p. 16), especialmente com a negociação de cargos públicos.

O surgimento de coalizões ideologicamente inconsistentes no governo do PT estimulou a sociedade a criticar as alianças feitas por esse governo, em princípio de esquerda, e a exigir alianças mais coerentes. Esse cenário forneceu ferramentas para o MNP e Marina Silva construírem os pilares da Rede Sustentabilidade em função de uma ordem programática, o que a ambientalista também chama de governabilidade programática para a formação de governo. Mas o principal motivo para a formação da Rede era que a interlocução do movimento ambientalista com partidos políticos estava muito enfraquecida e a mudança de posicionamento do PT em relação à agenda ambiental gerou uma crise de representação política desse movimento (Oliveira, 2016).

Um entrevistado informou que a formação da Rede aconteceu pela ação de um grupo pequeno de pessoas, que corresponde àquelas que caminharam com Marina Silva desde sua saída do Ministério do Meio Ambiente, os conhecidos marineiros, com apoio de empresários e do grupo de jovens que trouxe o discurso da nova política (Entrevista 4, 8/4/2013). A Rede surgia seguindo as propostas de democracia política do MNP, dando centralidade à participação política e reforçando a construção de alianças programáticas entre os partidos políticos.

A nova legenda tinha o desafio de coletar 492 mil assinaturas¹², entre fevereiro e setembro de 2013, para conseguir o registro de partido político no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a tempo de participar das eleições de 2014. No dia 3 de outubro de 2013, por 6 votos a

¹² Nos termos do § 1º, art. 7º, da Lei nº 9.096/95, sobre partidos políticos, só é admitido registro de nova legenda partidária nacional aquele que comprove apoio de eleitores, não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em brancos nem nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.

1, os ministros do TSE votaram contra o registro da Rede Sustentabilidade. Faltavam 50 mil assinaturas das 492 mil necessárias. A Rede alegou que 95 mil fichas com as assinaturas foram invalidadas pelos cartórios sem justificativas e solicitou que o Tribunal as aceitasse, mas este se negou, pois, para a relatora do processo, não cabia ao TSE fazer análise de assinaturas.

No dia 5 de outubro de 2013, Marina Silva anunciou o inesperado: sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) que já havia noticiado o então Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, como candidato à Presidência da República nas eleições de 2014. Essa resolução da ambientalista mobilizou uma saraivada de opiniões contrárias, uma vez que, com essa decisão, ela se vinculava a tudo aquilo que combateu desde sua candidatura, em 2010: a velha política. Marina informou que fazia esse movimento para apresentar, junto com Campos, um programa para a sociedade brasileira que fosse capaz de promover o alinhamento histórico e de sepultar de vez a velha república. Ela continuava afirmando que seu objetivo não era a candidatura à Presidência, não era estar no poder, mas de promover uma discussão programática¹³.

A contradição entre discurso e prática não poderia ser mais flagrante. Em entrevista ao programa Roda Viva, em 18 de fevereiro de 2013, logo após o lançamento da Rede Sustentabilidade, inquirida sobre o que achava de Eduardo Campos, Marina respondeu que reconhece sua trajetória e liderança histórica, mas que seus posicionamentos são diferentes. Confessou que isso não os impede de conversar, todavia, emendou que prefere um “outro caminho, uma outra maneira de caminhar”¹⁴. Disse estar em disputa uma visão de país, de política e sinalizou que preferia a disputa que ela está liderando e não a de Eduardo Campos.

Outra contradição é que Marina ressaltou exaustivamente que a criação da Rede não estava atrelada às eleições de 2014. Se não existisse essa intenção, qual a razão de se vincular à velha política, a um partido tradicional, ao que negou e depreciou desde sua campanha presidencial, em 2010? Seus assessores políticos colocaram algumas vezes que “não poderiam jogar 20 milhões de votos no lixo” e faziam outras referências sobre o aproveitamento dos votos conquistados em 2010 como justificativa para essa inflexão (Entrevistas 9, 31, 33, 39). A corrida para conseguirem o registro da Rede em tempo hábil para participarem das eleições de 2014 estava, portanto, contabilizada nos anseios dos marineiros desde o início.

Por meio de entrevistas, jovens do MNP - que estavam presentes à reunião em que Marina e os marineiros que faziam parte do núcleo de formação da Rede decidiram por filiar ao

¹³ Fonte: Entrevista ao Programa Roda Viva, 21 de outubro de 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=WxsZKO4S0Bk>, acessado em 15/12/2015.

¹⁴ Ibid.

PSB para participar das eleições de 2014 – narraram que não estavam seguros dessa decisão, mas que compreendem o jogo político (Entrevistas 15; 20; 34). Como exposto antes, o MNP surgiu com identidade partidária, uma vez que seus objetivos eram político-partidários. A Rede, que se desenvolveu desse movimento, apresentou uma estratégia estritamente partidária e eleitoreira ao se filiar ao PSB. O que era movimento passou a agir como partido político.

A filiação de Marina ao PSB e de alguns de seus apoiadores mais próximos causou dissenso dentro da Rede e muitos abandonaram esse projeto. Segundo entrevistados, a situação exigiu que a decisão fosse tomada de forma rápida pelo núcleo da Rede, que não tinha tempo hábil para consultar a vastidão de seus apoiadores (Entrevista 6, 8/4/2015; Entrevista 39, 13/3/2014). Esse é um dos problemas vivenciados por partidos que se desdobram de movimentos sociais, os partidos de movimento, nos termos de Kitschelt (2006).

Poguntke (1992), ao analisar a experiência do Partido Verde no parlamento alemão, durante a década de 1980, observou que o desempenho político do PV, em comparação com os partidos tradicionais - dentre eles o Partido Socialista -, era prejudicado porque sua dinâmica e forma organizacional os obrigavam a consultar as bases antes de tomar decisões. Em algumas situações, as consultas não eram possíveis, o que frustrava a base movimentalista. De outra parte, causava ineficiências do partido no parlamento. A organização partidária e a dinâmica movimentalista são distintas, conforme demonstrou o pesquisador, e isso pesa para ambos os lados que podem acabar se distanciando. O Partido Verde na Alemanha acabou por mudar várias regras organizacionais e por se adaptar à institucionalização do sistema eleitoral. Eles mudaram a eles mesmos em vez de mudar o sistema político (Poguntke, 1992; 2001).

Em nova entrevista ao programa Roda Viva, agora em 21 de outubro de 2013, a ex-ministra explicou que sua aproximação a Eduardo Campos, cuja “candidatura se dava no velho diapasão, como os demais partidos”, o fez buscar um novo caminho político, pois “o que era uma frágil possibilidade [eleitoral] agora ganha um pouco mais de substância com a ação da Rede”. Ela afirmou que a Rede trazia mais substância para a candidatura de Eduardo Campos e associou essa análise ao aspecto programático. O fato é que a Rede não havia elaborado um programa naquele momento, sua legenda estava em processo de elaboração de propostas. Campos, por outro lado, visualizou a oportunidade de assimilar os 20 milhões de votos com a filiação de Marina Silva ao PSB. Conforme argumenta Kitschelt (1990), os partidos estão em busca de votos, esse é o capital principal de que podem dispor, e a Rede, com a popularidade de Marina Silva, representava ganho real para a candidatura do pernambucano.

Por fim, o estatuto, o manifesto, as propostas e as decisões da Rede se mostraram campo fértil para críticas de diferentes frentes. Sua proposta organizacional desafiava a forma convencional de organizar partidos políticos ao institucionalizar uma série de princípios inspirados nos ideais de democracia participativa e não da tradicional democracia representativa. Chama atenção o dilema organizacional que surge quando um partido tem por princípio desafiar o formato de representação elitista quando, de acordo com Poguntke (1992), os partidos são organizações para a seleção e recrutamento de elites, mesmo os partidos de massa. Utilizando como base os princípios de horizontalidade e democracia participativa destacados pelo MNP e institucionalizados nos documentos da Rede, viabilizar e operacionalizar essa democracia participativa e a nova política no mercado competitivo da arena eleitoral impor ajustes organizacionais relacionados ao que Kitschelt (2006) observou sobre a transformação de partido de movimento para partido puro.

Para que ocorra a transição de partido de movimento para partido político puro, Kitschelt sugere que se faça investimentos na estrutura organizacional do partido e nas formas de agregação de interesses, reduzindo os custos organizacionais de transação de preferências, para que sobreviva institucionalmente nas diferentes arenas políticas. É similar ao que o Partido Verde fez na Alemanha, demonstrado parágrafos acima com a análise de Poguntke (1992; 2001). Para Kitschelt, a sobrevivência de partidos políticos na arena político-institucional demanda um partido que saiba exercer a função de organizar preferências, gerir distintas vertentes ideológicas, negociar com os diferentes e atuar com eficácia nas arenas políticas, características que Marina e seu grupo não demonstraram ter ao não negociar os diferentes interesses e linhas políticas quando estavam filiados ao PV. De acordo com políticos do PV, Marina e seu grupo impunham sua agenda e o não aceite dela os fez sair do PV e criar um partido para “chamar de seu” (Entrevista 3, 6/8/2014).

5. A Rede e o movimento ambientalista

A participação de Marina Silva nas eleições de 2010 aconteceu com um objetivo muito marcado para os ambientalistas: chamar atenção para a agenda da sustentabilidade em âmbito nacional. A estratégia era aproveitar o momento em que a sociedade estava mais aberta para discussões políticas e associar as questões de sustentabilidade como um problema político. A intenção, dessa forma, era de âmbito social e de formação de uma cultura política sensível à sustentabilidade. O sucesso de Marina Silva nas urnas foi inesperado e os ambientalistas não sabiam o que fazer com esse resultado. Continuariam sua batalha no campo social? Decidir-se-iam pela luta política dentro das instituições públicas? A resposta não era trivial.

Na leitura de lideranças do mundo ambiental entrevistadas para esta pesquisa, tanto ativistas do campo social como do político, a candidatura de Marina Silva à Presidência da República conquistou muitos adeptos, pois era uma forma de pôr em evidência a pauta ambiental. Um entrevistado esclareceu que se Marina ganha 20 milhões de votos, isso fortalece o movimento (Entrevista 26, 17/6/2014). Sua candidatura acontecia dentro das coordenadas socioambientais, com perceptível legitimidade. Quando a abordagem é a Rede Sustentabilidade, as transformações, associações e assimilações de diferentes frentes articuladas para a formação desse partido parecem confundir parte desse ambientalismo, que passa a expressar contrariedades. O mesmo entrevistado relata: “a relação com movimento ambientalista e Rede não é uma coisa muito clara. Não tem uma coisa muito orgânica nessa relação” (Ibid.).

Para ele, é muito mais importante ganhar espaço na sociedade, dar organicidade ao aspecto difuso do ambientalismo do que criar um partido, pois a lógica partidária é muito diferente da lógica de um movimento social. Outra liderança para o movimento ambiental, também com experiência partidária, destaca a perda de autonomia da sociedade civil quando se aproxima de partidos políticos. O movimento ambiental, em sua opinião, não pode ter partido político, pois, à medida em que assume uma candidatura, acaba estreitando a ação política das suas agendas e suas temáticas (Entrevista 16, 3/11/2014). Sua fala se aproxima, de certa forma, com a do entrevistado anterior em relação às potencialidades do movimento social que são tiradas ao se transformar em partido político. A Rede Sustentabilidade se apresenta, para ele, como um partido importante, mas bastante ingênuo quando acredita que se abrirá para a sociedade civil mais do que os outros. Em suas palavras, “não supera a crise de representação que é muito maior do que isso”. Ademais, considera que não representa o movimento ambiental, porque virou outra coisa.

O estranhamento em relação à Rede Sustentabilidade se manifesta de diferentes maneiras para os ambientalistas que veem uma parte de seus colegas se entregarem a esse projeto político com afinco, sob a liderança da maior ativista brasileira nessa área e que também é referência internacional. Vários não acham que a escolha partidária seja a mais adequada, ou mesmo necessária, para encaminhar a pauta ambiental na agenda política. Como afirma entrevistado, integrante de importante ONG ambientalista, “a história de ter que ter um partido para entrar no sistema político não me convence, acho que é mais fácil agir com os partidos que existem para ir por dentro do sistema” (Entrevista 32, 26/5/2015). Outro entrevistado, de outra ONG, apresenta crítica mais contundente em relação a esse ponto:

(...) essa tese em que a saída está em operar por dentro do governo, eu acho que ela pode ser um objetivo. “Opa, eu preciso operar por dentro do governo sendo eu quem senta no Palácio do Planalto”? Isso é personalista, é quase egoísta, por isso, a gente sempre leva para um interesse de poder das pessoas. Ou, de novo, tinha um outro caminho: operar por dentro do governo pode ser caprichar na argumentação e caprichar na mobilização social. (...) A sua proposta operaria por dentro do governo e não você. É muito marcante e a opção personalista desse grupo é o que talvez seja a coisa mais pesada para eles carregarem (Entrevista 41, 16/11/2015). (Grifos meus)

A ocupação do sistema político por lideranças ambientais é, nessa fala, analisada como crítica ao personalismo que a Rede enseja, expondo o perigo de se apostar todas as fichas em uma única liderança política e em algumas pessoas que a assessoram. Para o entrevistado, a Rede “se tornou um projeto de pessoas” (Ibid.) e isso, em nossa análise, já estava dado com a formação do MNP, que vinculou a existência política do Movimento, embrião da Rede, à figura política de Marina Silva. Essa liderança parecia começar a se compor como um problema para o movimento ambiental.

Observamos que a criação da Rede Sustentabilidade tem efeitos para as estratégias e ações do movimento. O mesmo entrevistado refletiu ainda que o movimento que atua em nível nacional é pequeno. Se parte dele opta pela atuação por dentro das instituições políticas, gera-se desequilíbrios significativos na ação coletiva, o que enfraquece o movimento. Ademais, acrescenta que a Rede é um movimento de elite, “é de pessoas de elite mesmo, de elite técnica, de relacionamentos. Por que a Rede? Porque essas pessoas quiseram, em oposição a terem escolhido um outro caminho. (...) parece que a Rede foi criada para eleger a Marina presidente” (Entrevista 41, 16/11/2015),

A visão de que a Rede é composta por um grupo de elite casa com a perspectiva de que ela foi gestada da experiência política de grupos específicos que discursavam em nome da sociedade antes de terem conquistado tal sociedade em suas diferentes frentes. Isso deflagra um olhar crítico sobre a formação do MNP vinculado à figura de Marina Silva. De acordo com o que expomos anteriormente, esse Movimento tinha certa entrada na sociedade com a ação de Rombauer, todavia, sua expressão política era mais forte e guardava objetivos partidários.

As entrevistas realizadas com ambientalistas que não se associaram à Rede congregam tons de críticas ao partido e à atitude de seus colegas. A avaliação é diferente quando são questionados sobre a candidatura de Marina Silva nas eleições de 2010. Naquele período, o objetivo era fortalecer a agenda ambiental, influenciar a opinião pública sobre a urgência dessa pauta. A Rede, para muitos, virou outra coisa, perdeu propósito. Um dos principais articuladores do novo partido informou que a Rede não tem identificação imediata e única com a questão da sustentabilidade (Entrevista 6, 8/4/2015). Esse aspecto fez a visão dos ambientalistas ficar turva

em relação ao que vinha e o que poderia vir da proposta da Rede e ao papel de liderança de Marina Silva.

Os ambientalistas que militam para a criação da Rede Sustentabilidade fazem uma leitura da estratégia de ação diferente das opiniões até então expostas nesta seção. Para um dos marineiros, a força política do movimento ambiental esteve vinculada ao PT, mas, com o divórcio entre o movimento e esse partido, fez-se necessária a busca por uma nova representatividade, e a Rede Sustentabilidade é o caminho para isso (Entrevista 9, 2/2/2014). Eles também recorrem à experiência que tiveram no MMA para justificar a adoção de um repertório político-eleitoral. Para marineiros, depois da experiência de gestão no governo com Marina Silva, ficou clara a relevância que tem a política institucional, pois não adianta ter ideias boas sem ter os meios para implementá-las. A partir da experiência governamental e nas eleições, afirmam que houve um processo de tomada de consciência de que precisam estar no poder (Entrevista 21, 2/4/2014; Entrevista 33, 6/3/2014).

O multi-engajamento dos ambientalistas, sua prática de andar em duas pernas, uma no campo político e outra no social¹⁵, os levava a experiências distintas e os faziam acreditar que eles poderiam ser bons políticos ou assistentes de políticos. As pessoas e instituições que faziam a interface entre sociedade e Estado, que participaram da gestão de Marina Silva no MMA, ocupando cargos ou acompanhando como conselheiros, davam passos mais ousados na estratégia de atuação por dentro do sistema político. Conforme assinalado por Amenta et al. (2009), atuar em partido político e participar diretamente de eleições é uma estratégia muito mais contundente, em termos de efeitos políticos, para lideranças sociais do que apenas assumir cargos de confiança no Estado. Para os autores, significa uma mudança mais que incremental de concepção sobre a ação coletiva, e se os resultados das eleições forem positivos para o movimento social, sua estratégia política conseguiu induzir a uma mudança de concepção da ação coletiva, o que consideram um dos efeitos políticos mais relevantes da articulação de movimentos sociais.

Acontece que a aderência dos ambientalistas à Rede é uma questão em aberto. De diferentes fontes, podemos escutar que não há vínculo orgânico na relação entre movimento e partido, e muitos que se identificavam com a ex-Ministra antes, agora estranham suas escolhas e seus projetos. Tem-se aí um dilema de identidade coletiva, nem todo membro do movimento se adequou às mudanças de estratégias ou às novas ideias que adentraram sua coletividade,

¹⁵ Expressão utilizada por Carls Boggs (1986).

problema sinalizado por Jasper (2014) ao analisar conflitos que podem afetar a identidade coletiva dos grupos. A mudança de estratégia da ação coletiva teve efeito para a mudança de identidade coletiva. Talvez se Marina continuasse determinada em fortalecer seu apoio e base no campo socioambiental e levar essa proposta em suas campanhas políticas, como fez em 2010, o vínculo com os ambientalistas poderia se mostrar mais sólido. Nesse aspecto, o que se apresenta é que parte do movimento deseja continuar sendo movimento e outra parte deseja ser partido. Não necessariamente essas partes se confluem.

6. Considerações finais

A formação da Rede Sustentabilidade é marcada por assimilações e transformações da ação coletiva dos ambientalistas para influenciar o sistema político. Entre as eleições de 2010 e a fundação da Rede, em 2013, as narrativas se transformaram, identidades foram forjadas para mais adiante serem rompidas e um novo discurso, o da Nova Política, moldou a fala dos ambientalistas e se adaptou ao da sustentabilidade, ou melhor, o da sustentabilidade se adaptou ao da Nova Política. Os marineiros assimilaram as práticas de diferentes coletividades que se organizaram em torno de Marina Silva, especialmente as práticas de atores políticos e o discurso propagado pelos jovens da nova política.

Como consequência do processo relacional com atores de institucionalidades e agendas diferentes, o projeto dos marineiros foi reorientado em conteúdo e estratégia, confirmando o argumento de Mische (2001; 2008) de que, na relação com grupos diferentes, identidades, estratégias e projetos são transformados. O mote da ação política desse grupo passou a ser a sustentabilidade da política e a estratégia de ação coletiva passou a ser desenhada pelas dinâmicas partidárias. A Rede resultou da junção de diferentes institucionalidades: movimentos sociais distintos; políticos; empresários. Mas ela é fruto, principalmente, da constante interação do movimento ambientalista com partidos políticos, pois o movimento foi incorporando as estratégias de ação dos partidos para influenciarem o sistema político, especialmente após a crise de representação que vivenciaram com o PT. Conforme propôs Hug (2001), novos partidos políticos surgem da interação entre partidos existentes e grupos que consideram formar um novo partido, e eles estão sujeitos a todas as restrições e lógicas da arena eleitoral.

A atuação partidária de parte do ambientalismo gerou alguns problemas para a ação coletiva. Para ambientalistas que atuavam na sociedade civil, e também para alguns marineiros, essa nova atuação lhes causava estranheza, não concordavam e não se sentiam identificados no conteúdo e no formato da ação que agora era partidária. Com as falas apresentadas na última seção, as estratégias dos marineiros e de Marina Silva, para alguns ambientalistas, não

demonstravam ser as mais adequadas para ajudar a obter as vantagens de influenciar o sistema político com sua agenda ambiental. Eles não concordavam que tomar o poder era necessário, mas concordavam com uma ação no âmbito da sociedade para se refletir politicamente no Estado.

Marina Silva, por ser uma importante líder social e também partidária, possibilitou ao movimento ambientalista, principalmente aqueles que mais se aproximaram dela, a ter uma relevante experiência com partidos políticos e nas arenas onde atuavam. Enquanto ela era Senadora da República, os ambientalistas puderam influenciar a arena legislativa; enquanto Ministra, influenciaram as políticas públicas na arena governamental; enquanto candidata à Presidência da República, influenciaram a arena eleitoral. A formação de um novo partido, liderado por ela, também traz efeitos para a organicidade dessa arena. Portanto, ela foi uma importante mediadora da relação entre movimento ambientalista e partidos políticos.

7. Bibliografia

- ABERS, Rebecca N.; OLIVEIRA, Marília S. 2015. "Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. *Revista Opinião Pública*, vol. 21, nº 2, pp. 336-364, doi: 10.1590/1807-01912015212336
- AMENTA, Edwin; CAREN, Neal; CHIARELLO, Elizabeth; SU, Yang. 2010. "The political consequences of social movements". *Annual Review o. Sociology*, nº 36, pp. 287-307
- BOGGS, Carl, 1986. *Social movements and political power*. Philadelphia, Temple University Press.
- BORGES, Bruna. 2011. "Antes... e depois? ". Disponível em <http://www.pagina22.com.br/2011/12/antes-e-depois/> , acessado em 10/11/2015.
- CARREIRÃO, Yan S. 2014. "O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente".
- DIANI, Mario. 2003. "'Leaders' or brokers? Positions and influences on social movement networks". In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Orgs.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.
- GLENN, John K. 2003. "Parties out of movements: party emergence in post communist Eastern Europe". In: GOLDSTONE, Jack A. (Org.) *States, Parties and Social Movements*. New York: Cambridge University Press. Pp. 147-168.
- GOLDSTONE, Jack A. ed. 2003. *States, parties and social movements*. New York: Cambridge University Press.
- HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret E. 2007. *Greening Brazil: environmental activism in state and society*. Durham and London, Duke University Press.
- HUG, Simon. 2001. *Altering Party Systems: Strategic Behavior and the Emergence of New Political Parties in Western Democracies*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

- JASPER, James M. 2014. *Protest: acultural introduction to social movements*. Cambridge: Polity Press.
- KITSCHOLT, Herbet. 1990. "New social movements and the decline of party organization." In: DALTON, Russell J.; KUECHLER, Manfred. 1990. *Challenging the political order: new social and political movements in Western democracies*. Cambridge: Polity Press. Pp. 179-208
- KITSCHOLT, Herbet. 2006. "Movement parties". In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Orgs.). *Handbook of party politics*. Londres: Sage Publications. Pp. 278-289.
- LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. 2010. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos CEBRAP* 88, pp. 21-37.
- MAIR, Peter. 1997. *Party system change: approaches and interpretations*. New York: Oxford International Press
- MISCHE, Ann. 2001. "Juggling multiple futures: personal and collective project-formation among Brazilian youth leaders". In: BARKER, Colin; JOHNSON, Alan; LAVALETTE, Michael. *Leadership and social movements*. Manchester: Manchester University Press.
- MISCHE, Ann. 2008. *Partisan Publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press.
- OLIVEIRA, Marília S. 2016. *Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (Tese de doutorado).
- PANEBIACO, Angelo. 1995. *Modelos de partidos: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza Editorial.
- POGUNTKE, Thomas. 1992. "Unconventional participation in party politics: the experience of the German Greens". *Political Studies*, XL, pp. 239-254.
- POGUNTKE, Thomas. 2001. "Green Parties in national governments: from protest to acquiescence?" *Working Paper* 9. Keele European Parties Research Unit.
- ROSENBLUM, Nancy. 2008. *On the side of angels: an appreciation of parties and partisanship*. Princeton: Princeton University Press.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer E. 1964. *Regimen de partidos*. Madrid: Editorial Tecnos.
- VAN COTT, Donna Lee. 2005. *From movements to parties in Latin America: the evolution of ethnic politics*. New York: Cambridge University Press.